



ANO 13 Nº 2
Fevereiro de 2004

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Política Industrial: acertos e inconsistências

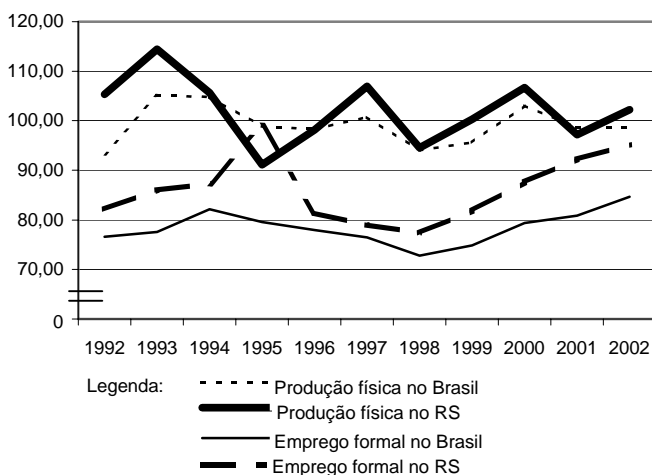
As **Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior**, propostas no final de 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), pretendem alinhar-se ao objetivo de crescimento econômico “sustentável”, focando-se no aumento da eficiência produtiva, da capacidade de inovação e das exportações. Efetivamente, a indústria brasileira registrou um fraco desempenho da produção e do emprego no período 1992-02, sendo que, em 2002, a taxa de crescimento da produção, com base em 1989, foi de -1,36% (caindo para -2,77% em 2003) e a do emprego de -15,39%. No RS, os resultados confirmam essa tendência, ainda que sejam um pouco melhores do que os nacionais (IBGE, MTE). O documento preliminar enumera cinco linhas de ação, porém prioriza a inserção externa, visando à ampliação das exportações e à aquisição de produtos capazes de promover a difusão de tecnologia e a complementação da capacidade produtiva. Esses objetivos aparecem nas demais ações propostas: modernização industrial; inovação e desenvolvimento tecnológico; setores estratégicos; e aumento da capacidade e da escala produtiva. A ênfase dada pode ser constatada por decisões anteriores à publicação das “diretrizes”, pois, ainda que as exportações tenham sido favorecidas pela conjuntura internacional, o foram pelas medidas fiscais e creditícias, bem como pela taxa de câmbio. O documento reforça essa orientação, introduzindo outras ações em diversas áreas, como as de promoção, distribuição e inserção dos produtos brasileiros em cadeias internacionais de suprimentos. De fato, apesar da fraca evolução da produção, as exportações brasileiras e gaúchas vêm apresentando um crescimento significativo, atingindo recordes em 2003, cuja taxa de crescimento acumulado no Brasil foi 105,89% superior à de 1989 (Secex).

A publicação do documento busca suprir a inexistência de diretrizes de política industrial, acertando na proposição de medidas voltadas para o aumento das exportações e da produtividade. Porém apresenta muitas inconsistências. Primeiramente, porque as ações já definidas podem apoiar o crescimento da produção, mas não asseguram um crescimento “sustentável”. A economia brasileira é o melhor exemplo de crescimento descontinuado, com concentração de renda e, em alguns períodos, com queda do emprego. Além disso, está em pauta a proposta de flexibilização do trabalho, com prováveis repercussões negativas sobre os salários e o emprego formal. Admitindo-se que “sustentável” se trata de crescimento no longo prazo, com elevação do emprego e melhor distribuição da renda, pressupor-se-ia o reforço de uma dinâmica endógena, através da ampliação do consumo doméstico e da intensificação das relações interindustriais, o que

não se evidencia no documento. O destaque dado à atração de Investimentos Diretos do Exterior (IDE) também introduz fortes elementos de instabilidade, uma vez que não há regulamentação para sua saída, nem parâmetros de nacionalização.

Para os investimentos nacionais, as propostas orientam-se para o financiamento de empresas pequenas e/ou segmentos estratégicos (*softwares*, fármacos e medicamentos, agronegócios e bens de capital), de aglomerados produtivos e de redes e consórcios. Essas escolhas realmente poderiam estimular uma sinergia mais próxima de crescimento “sustentável”, porém a maior parte dos instrumentos não está formalizada e nem definida, sobretudo no que tange à indústria de bens de capital, o mais estratégico dentre os segmentos sinalizados. Em que pese as observações efetuadas e as objeções que possam ser feitas, existe um aspecto intransponível: a manutenção de uma política monetária contracionista é incompatível seja com crescimento “sustentável”, seja com crescimento de curto prazo.

Evolução anual dos índices da produção física e do emprego formal da indústria de transformação no Brasil e no RS — 1992-02



FONTES: PIM-IBGE.

MTE.

NOTA: Os dados têm como base o ano de 1989 = 100.

Clarisse C. Castilhos (FEE/NEI)

Parceria público-privada

Dada a reduzida capacidade da esfera pública em investir no País, o Governo Federal apresentou ao Poder Legislativo o seu programa de parceria público-privada (PPP) para financiar infra-estrutura, combinando, no longo prazo, redução de custos, eficiência administrativa, obtenção de lucros e retorno social.

Os investimentos em infra-estrutura e indústrias de base no País, que, no ano 2000, se encontravam nos patamares de US\$ 25 bilhões (previsão) e US\$ 20 bilhões (realização), caíram, em 2003, para US\$ 15,2 bilhões em termos do que estava planejado, enquanto o que foi efetivamente concretizado ficou reduzido a US\$ 8 bilhões. Estima-se que o financiamento do programa PPP implique a utilização de US\$ 10 bilhões anuais, segundo o relator do projeto na Câmara, projeto este que conta com a participação dos fundos de pensão, de organismos multilaterais e de empresas nacionais e estrangeiras. A primeira carteira de PPP está limitada a US\$ 4,42 bilhões, com 46% de participação privada.

O desafio maior do programa atém-se à dificuldade de adequar as necessidades crescentes da PPP à restrição do orçamento público, tendo em vista que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites para o endividamento.

Investimentos em infra-estrutura e indústrias de base no Brasil — 2000-03

ANOS	INVESTIMENTO PLANEJADO (US\$)	INVESTIMENTO REALIZADO (US\$)	PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL PRIVADO NO INVESTIMENTO REALIZADO (%)
2000	19,0	19,0	39
2001	25,0	20,0	35
2002	22,0	14,3	34
2003	15,2	8,0	40

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Associação Brasileira da Indústria de Base (ABDIB).

Antônio Carlos C. Fraquelli (FEE/Assessoria)

Exportações do RS, por fator agregado, em 2003

Por conta da excelente safra de soja — recorde em quantidade e com boa qualidade — e da elevação nos preços de vários produtos agrícolas no mercado internacional, a participação dos produtos básicos nas exportações do Estado, em 2003, elevou-se. O bom comportamento das carnes de frango e de suíno também contribuiu para o aumento das vendas de produtos básicos pelo Estado.

Já os produtos industrializados (semimanufaturados mais manufaturados) reduziram sua participação na pauta exportadora gaúcha. Os semimanufaturados, mesmo crescendo 15,96%, perderam representatividade em comparação com os demais. Dentre os semimanufaturados, mereceram destaque o óleo de soja em bruto, couros, benzeno e polipropileno.

Os manufaturados, embora com bom desempenho (aumento de 20,22%), igualmente cresceram menos que o total das exportações gaúchas, e sua participação caiu de 53,03% para 50,72%. Suas vendas refletiram, em parte, a retomada das vendas para a Argentina. Além disso, a estagnação econômica no País, em 2003, também contribuiu para o aumento das exportações de manufaturados pelo RS. Dentre estas, destacaram-se tratores e suas partes, plásticos e colheitadeiras. Já os calçados, embora sejam o principal produto de

exportação do RS, tiveram um desempenho bem inferior ao esperado.

Exportações, por fator agregado, do RS — 2002-03

DISCRIMINAÇÃO	2002	
	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação % no Total
Básicos	2 111 031	33,11
Industrializados (A + B) ...	4 184 627	65,64
A - Semimanufaturados	803 987	12,61
B - Manufaturados	3 380 640	53,03
Outros	79 788	1,25
TOTAL	6 375 446	100,00

DISCRIMINAÇÃO	2003		%
	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação % no Total	
Básicos	2 922 119	36,47	38,42
Industrializados (A + B) ...	4 996 607	62,35	19,40
A - Semimanufaturados	932 326	11,63	15,96
B - Manufaturados	4 064 281	50,72	20,22
Outros	94 537	1,18	18,49
TOTAL	8 013 203	100,00	25,69

FONTES: MDIC/Secex/Depla/Gerest.

Teresinha Bello (FEE/NERI)



Tenha acesso a esta e a outras publicações em nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br



Juros e *spread* bancário — evolução recente

Os juros e os *spreads* bancários (diferença entre as taxas de aplicação e a taxa de captação do mercado) foram fortemente influenciados pela crise e pelo ajuste pelos quais a economia brasileira passou a partir de meados de 2002. Os juros e os *spreads* praticamente apresentaram o mesmo comportamento, com crescimento até o final do primeiro trimestre de 2003 e, a partir daí, uma trajetória decedente.

A elevação da taxa de juros, nos meses iniciais de 2003, foi reflexo das incertezas ainda decorrentes do processo eleitoral de 2002 e da aceleração da inflação. Essa alta foi acompanhada pelo aperto monetário realizado pelo Banco Central, por meio de elevações na meta da taxa Selic e na alíquota do compulsório sobre depósitos à vista.

A trajetória de queda dessas taxas após o segundo trimestre pode ser explicada parcialmente pela melhoria no cenário macroeconômico de que é exemplo a queda da inflação, tornando possíveis a redução da taxa básica de juros e a redução dos depósitos compulsórios em agosto, com reflexo, portanto, nos custos dos empréstimos.

Com relação à evolução dos *spreads*, tanto o total quanto o de pessoa física cresceram entre jun./02 e mar./03 e sofreram redução a partir de então. Já o *spread* de pessoa jurídica apresentou crescimento só até dez./02, sendo decrescente no ano de 2003. Isso deveu-se ao fato de que o *spread* das operações de taxas pós-fixadas para pessoa jurídica teve uma queda significativa a partir de out./02 (após defini-

ção das eleições), refletindo a melhora nas percepções de risco por parte dos agentes econômicos.

Taxas médias mensais dos juros e do *spread* bancário das operações de crédito com recursos livres no Brasil — jun./02-set./03

MODALIDADES	JUN/02	SET/02	DEZ/02	MAR/03	JUL/03	SET/03
Juros consolidados ou total	47,0	43,6	51,0	58,0	54,9	49,8
Juros pré-fixados-pessoa física	70,4	74,4	83,5	87,3	77,9	70,7
Juros pré-fixados-pessoa jurídica	29,7	23,0	30,9	38,1	37,7	34,0
<i>Spread</i> total	26,9	30,0	31,1	33,2	32,4	30,6
<i>Spread</i> -pessoa física	46,6	50,6	54,5	59,9	56,4	52,1
<i>Spread</i> -pessoa jurídica	12,0	15,6	16,3	14,9	14,6	14,3

FONTE: Bacen/Departamento Econômico (Depec).

NOTA: 1. Taxa de juros em % ao ano.

2. Taxas de *spread* em pontos percentuais.

3. O *spread* bancário é composto pela participação dos seguintes fatores: margem líquida dos bancos, dos impostos diretos e indiretos, do fundo garantidor de crédito (FGC) e, ainda, das despesas administrativas e de inadimplência/empréstimo.

Edison M. Moreira (FEE/NEESF)

Crescimento do emprego formal surpreende

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apurou, nos 12 meses encerrados em novembro, crescimento de 3,03% do emprego formal no País — percentual muito superior a qualquer estimativa para a variação do PIB em 2003. Em sua *home-page*, o MTE não esconde a perplexidade com o resultado.

No Rio Grande do Sul, considerando o desempenho positivamente diferenciado do PIB (elevação de 4,7% em 2003), poder-se-ia esperar que o mercado de trabalho tivesse também se destacado. Desta vez, a surpresa vem em sentido contrário: o número de postos formais cresceu um pouco menos do que no Brasil (2,88%), no período.

Do saldo de 49,5 mil empregos gerados no Estado, mais de 60% concentraram-se nos serviços e no comércio, embora o Setor Terciário tenha sido o agregado com mais discreta elevação no PIB gaúcho (1,7%). A agropecuária, que “puxou” a economia (variação de 18,5%), confirma sua feição informal: embora o emprego tenha tido significativo crescimento percentual (6,29%), menos de 10% (4,1 mil) dos postos formais criados no Estado foram primários.

O contingente da indústria de transformação aumentou 2,12% (12,4 mil postos). A indústria mecânica, dentre 26 subsetores de atividade, obteve o melhor resultado relativo (8,29%), seguida pela agropecuária e pelo comércio atacadista (6,11%). Dos 12 subsetores industriais, em apenas dois (papel, papelão, editorial e gráfica; e

material elétrico), houve retração no emprego. As maiores variações absolutas no emprego industrial ocorreram na mecânica (3,7 mil postos), em alimentos e bebidas (3,5 mil) e na metalurgia (2,3 mil).

Variação absoluta e relativa do emprego formal no RS — dez./02-nov./03

SETORES DE ATIVIDADE	ABSOLUTA	RELATIVA
Extrativa mineral	239	5,16
Indústria de transformação	12 407	2,12
Serviços industriais de utilidade pública	242	1,72
Construção civil	1 954	2,54
Comércio	15 046	4,15
Serviços	16 000	2,83
Administração pública	-592	-1,33
Agropecuária	4 144	6,29
Outros	10	9,90
Total	49 450	2,88

FONTE: MTE.

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho (NET/FEE)

Agropecuária gaúcha exporta mais em 2003

Em 2003, a balança comercial brasileira apresentou o maior superávit de sua história, alcançando US\$ 24,8 bilhões, sendo a agropecuária a maior responsável por esse desempenho. Suas exportações cresceram 25,1%, atingindo US\$ 26,7 bilhões e gerando um superávit setorial de US\$ 22,7 bilhões. O Rio Grande do Sul contribuiu com vendas de US\$ 3,9 bilhões, alcançando um crescimento (31,8%) maior que o nacional entre 2002 e 2003. Das exportações totais do Estado em 2003, 49% estão ligadas ao setor agropecuário, o que demonstra a força e a importância deste no comércio externo gaúcho. Enquanto as exportações totais do Estado cresceram a uma taxa de 25,7%, as vendas ligadas à agropecuária cresceram 31,8%, puxadas, principalmente, pelos produtos abaixo analisados.

A soja vem se tornando o grande produto de exportação, tanto nacional como gaúcho. Os produtos do complexo soja (grão, farelo e óleo) representaram mais de 18% das exportações totais do Estado em 2003, com crescimento de 65% nos valores exportados. Dos três produtos, a soja em grão foi de longe o produto que apresentou melhor desempenho, com crescimento de 141,2%, enquanto o farelo e o óleo, produtos estes com maior valor agregado, obtiveram taxas de crescimento bem menores. O forte crescimento das exportações da oleaginosa reflete, em boa parte, os altos preços praticados internacionalmente, explicados, fundamentalmente, por quedas na produção dos Estados Unidos e pela forte e crescente demanda exercida pelo mercado chinês sobre o produto, especialmente o grão. No caso gaúcho, as exportações da soja em grão para a China mais que dobraram em relação a 2002, sendo o destino de quase 60% das vendas externas do produto em 2003.

As exportações de carnes do Rio Grande do Sul cresceram 45,6% em 2003 sobre 2002, ainda dominadas fortemente pelas vendas de carne de frango, que chegam a representar 70% do capítulo. Entretanto a taxa de crescimento das vendas desse tipo de carne (39%) ficou abaixo da taxa da suína (58%) e da bovina (78%). Também ligados à pecuária, os couros continuaram como importante produto na pauta gaúcha, com US\$ 369 milhões exportados em 2003 e crescimento de 11,4%.

Individualmente, o fumo manteve sua posição de principal produto de exportação agropecuária do Estado em 2003, embora tenha

apresentado uma taxa de crescimento (8,7%) abaixo da média dos outros produtos do setor.

O contexto internacional traz boas perspectivas para 2004. Menor safra norte-americana e crescimento econômico chinês devem garantir mais um ano de bons preços e mercado para a soja gaúcha. Quanto às carnes, a gripe aviária na Ásia pode alavancar ainda mais as vendas de carne de frango para a região. E, em relação ao fumo, 2004 deve colher uma safra recorde, fato que, aliado à queda de produção dos principais concorrentes, poderá repercutir em maiores vendas externas.

Principais produtos agropecuários exportados pelo RS — 2002 e 2003

PRODUTOS	2002 (US\$ milhões)	2003 (US\$ milhões)	Δ%
Soja em grão	348 331	840 162	141,2
Farelo de soja	328 613	353 995	7,7
Óleo de soja	206 865	260 390	25,9
Carnes	459 401	669 073	45,6
Peles	331 215	369 051	11,4
Fumo	887 376	964 691	8,7
Outros	416 831	469 780	12,7
Total da agropecuária	2 978 631	3 927 142	31,8
Exportações totais	6 375 446	8 013 263	25,7

FONTE: MDIC/Sistema Alice.

Martinho R. Lazzari (FEE/NEA)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 12.02.04).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery www.fee.rs.gov.br

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Jorge da Silva Accurso, Maria Isabel Herz da Jornada e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.